


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0006737-82.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Impugnação de Assistência Judiciária - Anulação**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 13/10/2014 17:32:42 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

JOSE PEREIRA DOS REIS opõe impugnação ao pedido de assistência judiciária de **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES APM DA ESCOLA JESUINO DE ARRUDA** aduzindo que a impugnada não faz jus aos benefícios da assistência judiciária pois, ao contrário do alegado, recebe aluguel pelo espaço da cantina escolar, recursos da Secretaria de Estado da Educação e de outra fontes, tendo inclusive contratado escritório particular de advocacia e que por isso, possui condições de arcar com as custas processuais.

Em sua manifestação aduz a impugnada (fls. 06/10) que não possui condições financeiras de arcar com as custas do processo e que se trata de pessoa jurídica sem fins lucrativos, recebendo *"pequena ajuda da Secretaria da Educação, irrisórios valores por cópias de documentos e a locação do espaço da cantina"*, subsidiando assim as necessidades da escola pública. Juntou o estatuto social (fls. 11/27).

FUNDAMENTAÇÃO

A impugnação deve ser acolhida.

A declaração de pobreza juntada nos autos principais gera presunção relativa de que ela não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais.

A fls. 04 este Juízo determinou que a impugnada comprovasse a impossibilidade e arcar com as custas e encargos processuais nos termos da Súmula 481 do STJ.

Em sua manifestação limitou-se a descrever as suas fontes de renda, juntando, tão somente, seu estatuto social.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Cabia a impugnada o ônus de comprovar que não possui condições financeiras e não o fez quando não juntou documentos comprobatórias de sua hipossuficiência.

A mencionada Súmula 481 é clara: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais"

A simples juntada de seus balancetes, extratos bancários ou quaisquer outros documentos que demonstrassem sua movimentação financeira, atenderiam ao quanto determinado.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, ACOLHO A IMPUGNAÇÃO.

Anote-se nos autos principais.

P.R.I.

São Carlos, 21 de novembro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA